

Dossier Trabajo, conflictividad y resistencias

Trabalho e resistências miúdas: astúcia, barganha e negociação

Jaime Santos Junior*

Universidade Federal do ABC (UFABC)

jaimesjr.22@gmail.com

Recibido: 19.12.17

Aceptado: 30.03.18

Resumo: Nos últimos 40 anos, nas Ciências Sociais, houve um crescimento exponencial de análises que versam, direta ou indiretamente, sobre manifestações consideradas como sendo práticas de resistência. O termo é mobilizado em diferentes acepções e contextos servindo, não raro, como um conceito "guarda-chuva", carente de consistência e rigor analítico. Por outro lado, e dada a proeminência que a temática da dominação e da exploração obteve no noticiário das ideias, falar em "resistências", no plural, significa também deslocar ligeiramente a perspectiva de análise para recuperar um aspecto caro às relações sociais, a capacidade de agência dos indivíduos. À luz de pesquisa sobre o cotidiano de trabalho no corte de cana de açúcar, na região Nordeste do Brasil, propomo-nos a explorar alguns dos limites e vantagens em se trabalhar com o conceito de resistência. Espera-se, com isso, calibrar ferramentas de análise e modos de conceituação que nos permitam seguir formulando questões sobre a dramaturgia dos conflitos e as formas diversas de contestação.

Palavras-chave: resistência; trabalho; agência; conflitos sociais.

* Doutor em Sociologia (Universidade de São Paulo) é pesquisador de pós-doutorado na Universidade Federal do ABC (UFABC).

Resumen: En los últimos 40 años, en las Ciencias Sociales, hubo un crecimiento exponencial de análisis que versan directa o indirectamente sobre manifestaciones consideradas como prácticas de resistencia. El término es movilizado en diferentes acepciones y contextos sirviendo, no raramente, como un concepto "paraguas", carente de consistencia y rigor analítico. Por otra parte, y dada la prominencia que la temática de la dominación y de la explotación ha obtenido en el noticiero de las ideas, hablar en "resistencias", en plural, significa también desplazar ligeramente la perspectiva de análisis para recuperar un aspecto caro a las relaciones sociales, la capacidad de agencia de los individuos. A la luz de la investigación sobre el cotidiano de trabajo en el corte de caña de azúcar, en la región Nordeste de Brasil, nos proponemos explorar algunos de los límites y ventajas en trabajar con el concepto de resistencia. Se espera, con eso, calibrar herramientas de análisis y modos de conceptualización que nos permitan seguir formulando cuestiones sobre la dramaturgia de los conflictos y las formas diversas de contestación.

Palabras clave: resistencia; trabajar; agencia; conflictos sociales.

Abstract: In the last 40 years, in the Social Sciences, there has been an exponential growth of analyzes that deal, directly or indirectly, with manifestations considered as resistance practices. The term is mobilized in different meanings and contexts serving, not infrequently, as an "umbrella" concept, lacking consistency and analytical rigor. On the other hand, and given the prominence that the thematic of domination and exploration obtained in the news of ideas, speaking in "resistances" in the plural means also to shift slightly the perspective of analysis to recover an expensive aspect to social relations, the capacity of individuals. In the light of research on the daily work of sugarcane cutting in the Northeast region of Brazil, we propose to explore some of the limits and advantages of working with the concept of resistance. It is hoped, therefore, to calibrate analytical tools and modes of conceptualization that allow us to continue to formulate questions about the dramaturgy of conflicts and the various forms of contestation.

Keywords: resistance; job; agency; social conflicts

O espectro das resistências no confronto com a literatura

A inflação de estudos que tangenciam a questão das formas de resistência permite-nos afirmar, com alguma margem de segurança, que se trata de um tema candente no amplo e variado mercado das ideias nas Ciências Sociais. Próprio à instabilidade em que se assentam as abordagens interpretativas sobre fenômenos sociais, conceitos e categorias de análise são mais ou menos mobilizados ao sabor do seu potencial explicativo e, porque não, de conjunturas políticas. Assim, é possível identificarmos, em diferentes contextos, o que estava em pauta nas agendas dos pesquisadores e percebermos o poder de atração que exerce o uso frequente de certas categorias ou conceitos. A título de ilustração, sabemos que o conceito de *alienação* exerceu, entre nós, maior influência quando comparado ao conceito de *anomia*. A distensão do uso enfraquece a circunscrição semântica emprestada ao conceito em sua formulação para fins de descrição analítica. Como corolário, passamos a designar, muitas vezes de modo displicente, um bloco heteróclito de situações com o mesmo conceito. Nesse ponto, foi-se embora o seu potencial explicativo.

Com esse preâmbulo pretendo situar a problemática em que se insere este artigo, irei explorar o modo como se alinham, e se apartam, algumas conceituações sobre práticas de resistências e, com isso, reivindicar a pertinência do seu uso. Parece-nos sugestivo trabalhar com formulações mais próximas da realidade em questão e, portanto, moderadas em suas pretensões de longo alcance, no que Merton (1968) havia chamado de *theories of the middle range*. Isso para dizer que não constitui meu objetivo formular um conceito sobre *resistência*. Há, certamente, um jogo de escala nesse ponto de partida, que privilegia a experiência dos atores para reconstruir o contexto no suposto de que este não pode aparecer como um fundo de cena fixo, sem impressões digitais. Isso atende a um segundo alvo, não menos importante para a compreensão do nosso tema: a questão da *agência* e da linguagem nas deliberações feitas pelos sujeitos acerca dos processos sociais em que estão envolvidos. Essa chave será útil para recuperarmos a dimensão política das relações sociais na vida cotidiana em que se assentam concepções nativas sobre justiça e injustiça, sobre o que é digno e indigno e que dão margem a emergência de contestações.

Resistência e correlatos, tais como “subversão”, “transgressão”, “rebelião” e assim por diante se transformaram em um tema dominante no estudo da vida social. Ainda mais quando a atenção se voltou para as nuances da vida cotidiana, substrato das construções identitárias, onde o pessoal é redefinido como político. Nesse ponto, estratégias de sobrevivência podem ser lidas como formas sutis de rebelião. Mas, como nos lembra Brown (1996), isso pode estar muito

ligado a um anseio por transformação social em que o conceito de resistência atenderia a esse fim, pelo seu próprio caráter vago. A sua proposta é a de que não devemos perder de vista as pretensões dos “privilegiados”. Mas, considero ser esta uma armadilha. O ponto de incisão que farei sobre esse aspecto levar-nos-á ao núcleo do argumento que pretendo esboçar nas páginas a seguir.

Privilegiar os sentidos atribuídos pelos indivíduos as suas ações não têm como corolário o desprezo pelo quadro social mais amplo em que tais ações ocorrem. As ações lidas como de resistência requerem um predicado, resiste-se a que? No entanto, considera-las como elementos pré-reflexivos que, ao fim e ao cabo, apenas reforçam as situações de dominação seria, por demais, redutor. Como se sistemas sociais possuíssem necessidades insondáveis, alheias às nossas deliberações. Nesse flanco, descortina-se um amplo debate que deliberadamente ponho à margem pelas limitações desse texto, mas que, nem de longe, é acessório¹.

Se é reconhecida a polissemia que o sintagma resistências assume em seus diferentes usos, não há porque supor a sua necessária imbricação com a noção mais ampla, e difusa, de “conflitos”; como uma sorte de gradiente a testar se determinadas ações podem, ou não, ser lidas nessa chave, desprezando aquelas que operam na margem do possível e que não se transmutam em conflitos. Nesse sentido, Hollander e Einwohner (2004), ao analisar estudos em que a palavra resistência aparece no título, também evidenciam que ela tem sido conceituada das mais diferentes formas. Podem ser individuais ou coletivas, espalhadas ou localmente confinadas, coordenadas ou autônomas, com fins igualmente diversos. O mesmo pode-se dizer acerca da direção ou das metas que ela pode assumir. Assim, ainda que frequentemente sejam usadas na acepção de mudança ou transformação, em alguns casos ela é lida como impedimento a mudança. Ela também não é uma propriedade dos fracos, os supostamente dominantes também podem desenvolver atitudes de resistência frente a perda de prestígio, por exemplo.

Assim sendo, para elencar alguns pontos centrais nessa variedade de usos, Hollander e Einwohner (2004) chegam a dois pontos em comum. Primeiro, resistência implica em um senso de ação, concebida amplamente. Neste sentido, ela não é uma qualidade de um ator nem um estado de ser, mas envolve algum comportamento ativo. O segundo elemento é um sentido de oposição. No

¹ Ver, por exemplo, Giddens (1981), Lahire (2015).

entanto, e em acordo com o que disse anteriormente, esses autores também veem como pontos críticos a questão do reconhecimento e da intenção.

Se parcela considerável dos investimentos analíticos feitos sobre situações de conflito e resistência operou em torno da visibilidade dos atos, a eles não se restringe o nosso entendimento. Diria mesmo ser o contrário, interessa-nos as formas difusas, silentes e diminutas de resistências. No mesmo sentido em que Scott (1985 e 1990) emprega a noção de *everydayforms of resistance*. Reconhecê-las enquanto tal é antes resultado de um procedimento analítico, como construção ideal-típica. Muitos dos atos que apresentarei a seguir não são vistos pelos próprios sujeitos como sendo ações de resistência. O que nos liga a questão das intenções. Devem os atores estar conscientes de que estão resistindo a algum exercício de poder? A teoria marxiana considera que sim. A consciência imprime uma direção às ações. Mas, como já vimos, esse entendimento está preso à medida do efeito consequente que se pretende alcançar. Ausente esse elemento, não se tem ação de resistência.

Além disso, supor que o requisito da intenção é necessário e está ao alcance da consciência desmerece um aspecto caro às rotinas da vida cotidiana, a dimensão pré-reflexiva de muitos dos nossos atos. A intencionalidade não implica que os atores tenham sempre metas definidas conscientemente no curso de suas atividades, como nos recorda Giddens (1979). Nos seus termos, existe um conhecimento tácito (a consciência prática) que é habilmente aplicado no curso da conduta, mas que os atores nem sempre são capazes de formulá-lo verbalmente. Se é verdade que a coordenação de ações coletivas de resistência supõe, como requisito, o espectro das “intenções”, não me parece que essa métrica sirva para as ações cotidianas individuais. E, creio, essa opção não decorre apenas de um suposto teórico, mas da necessidade de compreendermos o jogo de forças que se estabelece em cada contexto, como sugere Scott (1985).

Esse enquadramento analítico sobre resistências já aparecia em estudos sobre escravidão, antes mesmo que James Scott, sugerisse a noção de *formas cotidianas de resistência* em suas pesquisas na Malásia. Não por acaso. A escravidão representa um regime de controle absoluto, que se estende para além da posse sobre o escravo, ao abarcar igualmente uma ideologia que justificava a desigualdade de posições sociais. A historiografia, contudo, custou a reconhecer a chave interpretativa da questão da *agência* em seu sentido sociológico² e da

² Johnson (2003) mapeou esse debate ao analisar o lugar que a agência ocupa no interior de diferentes correntes historiográficas.

possibilidade de se fazer história observando os aspectos miúdos da vida cotidiana, atenta que estava à estrutura dos grandes processos sociais³. A resistência escrava, nesse sentido, era vista apenas em seu aspecto de conflito aberto, de revolta, tendo como oposição a passividade daqueles que supostamente aquiesciam. Esse retrato não flagrava o que se passava no fosso entre rebeldia e passividade. O que havia de barganha, de negociação, que, conquanto não desafiasse o sistema, atuava através dele, em suas margens, como sugerem Silva e Reis (1989).

As datas dessas publicações importam, sobretudo para nós, cientistas sociais, na medida em que permitem o acesso ao período em que ocorreram essas “viradas” epistemológicas no mercado das ideias. Sim, porque na historiografia foi decisivo o debate entre pesquisadores americanos e brasileiros estudiosos da escravidão. Em 1974, com *Roll, Jordan, Roll: the world thatslavesmade*⁴, Eugene Genovese chamava a nossa atenção para o papel da religião como um mecanismo de resistência na vida cotidiana dos escravos nos Estados Unidos. As manifestações religiosas eram usadas para reivindicar um senso de humanidade. Essa perspectiva vicejou na obra de Stuart B. Schwartz em duas obras com análises voltadas para o caso brasileiro, refiro-me a *Sugar Plantations in theFormationofBrazilian Society*⁵: *Bahia 1550-1835*, publicada em 1985, e *Slaves, PeasantsandRebels*⁶: *reconsideringbrazilianslavery*, de 1995. Historiadores brasileiros também fizeram parte desse debate e, nesse sentido, é incontornável a contribuição de João José Reis no livro *Rebelião Escrava no Brasil: a história do*

³ Recuperar essa narrativa imporia uma longa digressão aos propósitos desse texto, contudo, podemos atribuí-la aos trabalhos pioneiros que alicerçaram o que viria a se chamar *Escola de Birmingham*, a quem se atribui, na História, papel decisivo nessa virada epistemológica. Refiro-me, aqui, aos já clássicos estudos de Hoggart (2008) e de Thompson (1987). Na França, a *Escola dos Annales* teve como precursores Febvre (1965) e Bloch (1974). Bem como na Itália, com a questão da “micro-história” nos trabalhos de Levi e Aymard (1989) e Ginzburg (2006). Os avanços produzidos a partir dessas abordagens revigoraram a importância da análise das práticas sociais para a compreensão dos processos sociais.

⁴ Em 1988 esta obra ganhou uma tradução em português com o título *A Terra Prometida: o mundo que os escravos criaram*.

⁵ A tradução brasileira, publicada em 1988, ganhou o título de *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial 1550-1835*.

⁶ Publicada em 2001, no Brasil, com o título de *Escravos, Roceiros e Rebeldes*.

*levante dos malês 1835*⁷. Novamente o tema do cotidiano volta à cena para fazer surgir a trama fina das pequenas, mas contundentes, formas de contestação e negociação gestadas nos cultos religiosos, nas ruas, ou em outras brechas do sistema escravocrata.

Nos estudos sobre trabalhadores nos canaviais, no Brasil, foram decisivos os achados de Sigaud (1979) e Lopes (1978), que já exploravam as artimanhas dos trabalhadores e o regime moral em que se fundavam as relações sociais no universo rural de Pernambuco. Mais recentemente, a apresentação das ideias de James Scott na discussão sobre resistências deveu-se a luminosa contribuição de Menezes⁸ (2002), que aplicou a abordagem scottiana em suas pesquisas na Zona da Mata da Paraíba e de Pernambuco. Arrisco-me a dizer que não é casual o fato de que esses três pesquisadores se situem mais na antropologia do que na sociologia, a quem se atribui a sutileza do detalhe etnográfico que se encontra com fartura nos três exemplos.

Estamos falando, portanto, do esforço por encontrar o homem por trás do sistema, que tentava desesperadamente *river*, não apenas *sobreviver*. Como se vê, embora imputemos a James Scott a sacada analítica das resistências cotidianas, na história, esse debate já era caudaloso. Retirar o peso da chave da exploração/dominação, ou da violência para o caso dos escravos, fez emergir, como diz Silva e Reis (1989) o espaço social que era tecido tanto de barganhas quanto de conflitos. Se a revolta era o ápice, o medo da revolta abria espaço para que os escravos “negociassem”.

“Os escravos também não enfrentaram os senhores somente através da força, individual ou coletiva. As revoltas, a formação de quilombos e sua defesa, a violência pessoal, conviveram com estratégias ou tecnologias pacíficas de resistência. Os escravos rompiam a dominação cotidiana por meio de pequenos atos de desobediência, manipulação pessoal e autonomia cultural. A própria acomodação escrava tinha um teor sempre ambíguo” (Reis e Silva, 1989).

O fim preterido não se prende, como numa solda, à subversão do sistema. A consecução de diferentes objetivos – a alforria, a transferência para um senhor de escravo mais ameno, as fugas, entre outros exemplos – dá provas da porosidade dessa relação de dominação. Empresta o mesmo sentido as

⁷ Trata-se de uma versão da sua tese de doutoramento em história defendida em 1982 na University of Minnesota System, tendo como orientador o Prof. Stuart Schwartz.

⁸ Fruto da sua tese de doutorado defendida em 1997 na University of Manchester, intitulada “Peasant-migrant workers: social networks and practices of resistance”.

subculturas juvenis estudadas por Clark *et all* (2006). Ou melhor, enquanto espaço intermediário, relativamente autônomo, entre a cultura da qual pertencem de imediato (a da classe trabalhadora) e a cultura dominante, a existência das subculturas juvenis por ele estudadas desafiam a compreensão de mecanismos de dominação nos quais restam pouca, ou nenhuma, interferência dos oprimidos.

Para dar cores a esse debate, recorro, doravante, a exemplos extraídos de uma pesquisa realizada entre os anos de 2010 e 2014, em que procurei observar o modo como trabalhadores cortadores de cana representavam o contexto de vida e trabalho no qual estavam inseridos. O suposto é o de que as identidades deixam entrever estratégias de ação na medida em que informam o imaginário que se constitui sobre um contexto de vida e trabalho tidos como “precários” (Santos Jr., 2017).

Em um brevíssimo resumo, é possível dizer que o cenário em que esses trabalhadores vivem é marcado pela sazonalidade dos vínculos ocupacionais feitos e, espera-se, refeitos a cada safra e pela ocorrência das migrações para trabalho nas diferentes regiões produtoras no Brasil, notadamente entre as regiões Nordeste e Sudeste. Ademais, e sobre isso já há considerável produção bibliográfica⁹, trata-se de um tipo de trabalho realizado em condições severas à manutenção da saúde dos indivíduos e, não raro, com a ocorrência de mortes por exaustão. Não é difícil imaginar que um tipo de trabalho sempre associado ao signo do precário não assuma, entre os que o executam, significados tidos como positivos, numa acepção de “orgulho do ofício”. Ao contrário, é o trabalho que deve ser “negado”, “escondido”, “estigmatizado”, vale dizer, que não fornece elementos capazes de constituir uma identidade de trabalho. Mas, o que nos interessa aqui é o modo pelo qual, a partir da imagem que se constitui sobre esse tipo de trabalho, no sentido de experiência subjetiva, desvendam-se estratégias de resistência que são empregadas no cotidiano de trabalho. Senão, vejamos.

Na margem do possível.

O grupo de trabalhadores investigados constitui uma amostra de 30 pessoas, eleitas em razão de variáveis que se mostraram decisivas para flagrar a diversidade das configurações discursivas e, por conseguinte, do mosaico das

⁹ Ver, por exemplo, Silva (2006).

identidades que se constituem a partir desse contexto, cabendo mencionar: geração, trajetória ocupacional, experiência de migração, local de residência, estado civil. Nos relatos sobre o universo do trabalho, pude observar a interveniência dessas variáveis na manifestação de formas diversas de resistências. Veremos uma parte delas a seguir.

A compreensão das práticas sociais que tem lugar no cotidiano de trabalho é, em parte, derivada de socializações anteriores e externas ao ambiente das usinas. Assim posto, o truísmo da afirmação esconde uma intensa disputa interpretativa nas ciências sociais acerca do efeito causal dessas estruturas nas ações dos indivíduos. Desse debate, interessa-nos o que chamo de fissuras e ambivalências presentes no hiato que separa o que lhes é legado e o que surge de aparentemente novo nas suas condutas. Estou supondo, na pista deixada por Lahire(2002), Archer (2003), Giddens (1979), Strauss (1999), entre outros, que este não é apenas um espaço de reprodução social, mas, sobretudo, de produção social, manifesto pela capacidade de *agência* dos indivíduos. A explicação *disposicional* concede, a meu juízo, demasiado peso sobre as escolhas dos atores ao tomá-las como sendo permanentes, generalizáveis e transponíveis, independentemente das situações. Os achados de campo vão na direção contrária, ao mostrar que, no caso da origem familiar dos trabalhadores entrevistados, a todo momento eles estão fazendo escolhas e, portanto, interpretando a herança geracional que lhes é legada. É verdade que uma parte desse processo ocorre para afirmar valores e estratégias herdadas da família e do contexto em que foram criados, mas, ocorrem também tentativas de superar, ou mesmo negar, a bagagem que vem de socializações prévias. O trânsito entre um e outro não pode ser antevisto por qualquer suposição teórica, ele é antes o efeito da contingência da vida cotidiana. Assentada em rotinas, mas igualmente em “perturbações” (Pais, 2007) que suspendem o fluxo normal da ordem.

Na medida em que temos trabalhadores, de diferentes gerações, cujas histórias familiares comungam de características muito próximas – como baixa escolaridade, prematuro ingresso no trabalho na roça, mercado de trabalho com poucas e precárias oportunidades ocupacionais –, eis que surge a tentação de inferir o efeito causal do peso desse passado, que explicaria, por via de consequência, o repertório de ação mobilizado pelos indivíduos provocando o que Bourdieu (2013) chamou de “ilusão de finalidade”, ou seja, as condições objetivas em que ocorrem as escolhas constroem e, eu diria, determinam as mesmas. Para ele, as práticas ordinárias, automáticas e impessoais, significativas sem a intenção de significar, emprestam a elas mesmas um entendimento não menos automático e impessoal. Apanhar o sentido objetivo que elas expressam não significa a reativação da intenção do agente que as desempenha.

Ora, isso parece contrariar a evidência empírica que colhemos quando, por exemplo, os trabalhadores veem a interveniência do assalariamento não como simples proletarização, mas como recurso disponível para a manutenção de outra atividade econômica considerada prioritária.

Eu tenho um terreninho lá, é umas setenta tarefa. Feijão e milho.

Dá uma renda boa?

Dá. Se chover, tira oito, nove, dez tarefa de vez em quando. Né todo ano não.

Como você decidiu trabalhar no corte da cana?

É porque eu tenho um amigo que trabalha aqui, tá com sete anos que ele trabalha aqui. Todo ano ele dizia: “vamos trabalhar?” Eu dizia: “rapaz, não vou não”. Aí, quando é esse ano, teve uma crise; porque lá a gente vive quando dá uma safrinha no inverno. Aí esse ano não aconteceu isso, rapaz! Não tiremos nada (feijão). Aí foi o jeito eu vim para cá (Ulisses, 53 anos¹⁰).

Do tempo que eu nasci, que eu vim saber quem era, meus pais sempre trabalhou de roça. Milho, feijão. Meu pai tem um terreninho, têm quarenta tarefa de terra. Meu pai morou há dezesseis anos numa fazenda também. Depois da fazenda ele construiu o lugarzinho dele, é hoje o lugarzinho que a gente mora. Ele tem quarenta tarefa de terra plantada. Aí depois a gente foi ficando mais velho, as família foram crescendo, foram casando, as irmã que eu tenho casaram, eu saindo pra aqui, pra acolá. Nós só colhe milho e feijão. Cria também um gadozinho (Zerramos, 34 anos).

É desnecessário dizer que por aí também passam formas distintas de identidades, que alimentam repertórios de ação. Pela mesma razão, e como disse alhures (Santos Jr., 2015), as manifestações de resistências que operam no cotidiano do trabalho e que se opõem a aspectos considerados “indignos”, ou “injustos”, pelos trabalhadores possuem uma “dramaturgia própria”. Nesse quesito, foram decisivas as contribuições de Reis (2012), Genovese (1974), Schwartz (1988), Scott (1985, 1990) ao tratar dessa micropolítica do cotidiano, da microgênese dos conflitos. Por aí, vi passar formas diversas de negociação e barganhas onde o patrão cede para melhor controlar e o trabalhador aceita para melhor viver. O tecido dessa trama deixa entrever que nem sempre o resultado é o conflito aberto, com atores pronunciados e em posições antagônicas. Um exemplo claro disso ocorre no tocante a judicialização das queixas trabalhistas.

¹⁰ Os nomes doravante usados são fictícios e as idades correspondem à época em que foram colhidos os depoimentos.

Já colocou alguma usina na justiça?

Não.

E se tivesse de colocar?

Se precisar, se for direito assim, o cara bota. Porque muita gente bota aquela empresa no pau quando chegar no outro ano não pode voltar mais. Se não deu para trabalhar naquela empresa aí o cabra vai para outra e pronto (Rufino, 42 anos, grifos nossos).

Já colocou alguma usina na justiça?

Não.

E se tivesse de colocar?

Aí o cara pensa (risos) se vale a pena.

E o que é “valer a pena”?

Se o cara tiver certo e ela botar por justa causa, sem o cara merecer, aí o cara tem de ir para a Justiça, né? (Jileu, 22 anos. Grifos nossos).

Já colocou alguma usina na justiça?

Não.

Mas colocaria?

Ah, com certeza. Se o cabra trabalhou e tem os direito certo, o cabra tem que procurar. Você faz a safra aí a usina dá mil e pouco de acerto, aí você não vai reclamar nada, porque é a base mesmo. O cabra trabalha um mês, dois mês, que pegar 3 mil, 4 mil, aí usina nenhuma paga. É pelo serviço, pelo trabalho, mas ela não paga. Tem que ficar calado ne? Você vai botar no pau aí na próxima safra você está sujo (Serafim 39 anos. Grifos nossos).

Já colocou alguma usina na justiça?

Não, pra que? Nunca pensei isso. Mesmo se eu sei que aquela firma ali eu to perdendo meus direito, a metade dos meus direito ali. Pra mim aquilo ali... pronto. Meu problema é quando ela fíndar, eu pego minha mala aqui, fui embora e pronto.

Por quê?

Eu acho que não compensa. Você fica muito manjado. Você bota uma firma dessa no pau, você viaja para são Paulo, chega lá eles vão digitar tudinho já tão sabendo. Aí diz: “não, aqui não cabe você mais”. Não compensa... E eu quero sabe o que? Meu dia a dia, meu corpo limpo. Pra que botar uma usina dessa aqui no pau, aí eu pego

mil, mil e quinhentos conto e depois? Se eu precisar dela aqui? Não, eu não gosto disso (Zerramos, 34 anos. Grifos nossos).

Já colocou alguma usina na justiça?

Sim, a Agrisul (antigo nome da usina CBAA). A que tá na questão por causa do acidente. Se fosse necessário eu faria.

É mais vantajoso não botar?

Quando saímos da Taquari muita gente ainda pensou, mas aí já tava com a outra já para pegar. Aí é melhor não botar, porque bota aí passa de uma usina para outra, chega o período de o trabalhador não arrumar mais serviço em nenhuma usina.

E você conhece gente com esse problema?

Conheço, aquele (faz menção a uma pessoa) colocou lá em Alagoas, que ele é de Alagoas. Veio para aqui, colocou a Taquari, aí tá até para resolver aí... Aí foi para a Campo Lindo, foi botado para fora, receberam as contas (Rochinha 43 anos).

Aqui surgem dois problemas com a métrica que usualmente recorreremos para avaliar o potencial conflitivo dessa relação. O primeiro aspecto diz respeito a existência de uma concepção nativa de “justiça”. A ação sindical e do Ministério Público do Trabalho mobiliza a noção de justiça que está na letra fria da lei. Nela, o campo semântico prescreve o que é considerado lícito e ilícito nas relações de trabalho indicando, ainda, a seara de resolução dos conflitos. Em resumo, justo é o que reza a lei. Contudo, a relação capital *versus* trabalho nesse contexto está embebida com elementos estranhos ao contrato formal que normatiza o vínculo empregatício. Por via de consequência, temos que entre patrão e empregado circulam elementos tais como honra, prestígio e solidariedades diversas, isso para dizer que a concepção nativa de justiça é flexionada para comportar camaradagens horizontais e verticais, elementos de ordem moral, entre outros aspectos. Não à toa se diz que “é preciso pensar para se colocar uma usina na justiça”, visto que isso poderia comprometer oportunidades ocupacionais ou mesmo ser considerado uma “traição” por parte de quem emprega e/ou possui vínculos afetivos com o trabalhador.

O que é um trabalhador ruim?

Eu não gosto de ignorância. Aí se ele for um trabalhador que trabalhe direto, assim que nem um bicho, mas se ele for ignorante para mim não serve não, porque as vezes a pessoa tá conversando um negócio aqui, aí a pessoa já vem com raiva de casa, porque a pessoa ignorante é assim.

E um trabalhador que reclama que a usina não está pagando isso ou aquilo, que avisa que vai botar a usina no pau?

Esse é ruim demais. Porque fica fazendo enxame. Fica reclamando demais. Mesmo que ele esteja reclamando pelas coisas de vocês?

Aí eu digo: você faz o seu que eu faço o meu. Se o negócio não vier para mim essa semana (o dinheiro), aí eu vou lá e converso com ele (o fiscal). Agora, eu vou ficar fazendo enxame?

Nunca parou o dia de trabalho?

Às vezes a gente para, assim, para reclamar alguma coisa, sabe? Que tá errado. O dia não, nós para só para esperar o chefe chegar e nós conversar. Aí o chefe chega nós conversa, ele explica, aí pronto, voltamos a trabalhar de boa. Cada um não sabe onde é que o sapato doe? Se o negócio ficou ruim para ele, aí ele vai e conversa com o chefe (Marcolino, 39 anos. Grifos Nossos).

Vemos como a trama da negociação perfaz um jogo tenso, cheio de meandros. Há uma performance requerida pelas partes para que o conflito logre sucesso. Sim, é verdade que a concessão do patrão é artilosa, não suprime o controle por ele exercido. Do mesmo modo, o trabalhador não vende a alma, cede para melhor viver. É a barganha do possível. Se a unidade básica da resistência nas relações de trabalho é a greve, a ela as formas de contestação não se restringem. Como sugere Scott (1985), é preciso “ler as falas pelo avesso”, supor os sentidos ocultos que se exprimem no apanhado de ações individuais, o *hiddentrascript*.

O trabalhador que mais corta cana ganha mais dinheiro. Você quer ser o trabalhador que mais corta cana?

Eu é. Meu limite é assim, se hoje eu cortar oito tonelada, ou sete, amanhã eu quero cortar nove, ou dez, se eu puder. Cada dia eu quero render mais um pouco. Mas só que as vezes não tem condições, você não tá com aquele corpo para trabalhar. As vezes um colega pega um eito em pé e você pega um deitado.

Aí nessa hora você procura trabalhar mais?

Não, pra que? Que eu sei que não vai ter rendimento. Meu normal é esse aqui: deu sede eu tomo minha água, passo a lima no meu facão, deu fome eu venho comer, passo ali quinze, vinte minuto ali sossegado. Meu dia a dia eu sei fazer. Tem desses que quer ser sempre o campeão da turma, entendeu? Eu não (Zerramos, 34 anos. Grifos nossos).

A história de Goiás foi assim. Chegou um cara lá, a usina mandou ir fichar no nosso lugar mesmo, nós saiu fichado. Foi 400 pessoas, 10 ônibus. Saiu de Delmiro Gouveia. Nós fretamos uma van, eu e a galerinha lá, uns 20 cara, aí fomos diretamente para Delmiro. Aí quando foi umas oito horas da noite, nós foi para Goiás. E fichado já. A usina não descontou nada.

E o alojamento?

Desconta só a comida, R\$ 136 nós pagava. Teve greve no mundo lá (em Goiás). Nós mesmo fazia, a galera se acordava bem cedo assim, pronto: “hoje ninguém vai trabalhar!” Saía nos barraco dos peão, avisava: “só vai quando acertar isso aqui”. Sei que foi mais de dois meses nesse rojão. Eu digo: “eu não vou ficar aqui não, nessa peste não”. Daí depois veio um colega meu, aí nós dissemos: “vamos ficar aqui, vamos ver o que vai dar”. Daí deu dois mês e meio, começou a melhorar, a galera foi embora. De 400 ficou 135 alagoano.

Mas a greve também era das outras turmas?

Só tinha alagoano, nesse alojamento só tinha alagoano. Era só nós que bagunçava tudo.

E as outras turmas?

Ah, a turma da rua ia, não participava não. Só teve uma vez, isso já tava com uns três mês, que a turma da rua se azuaram para lá, nós nesse dia não queria nem fazer greve. Por causa de uma coisa lá, eles saíram nos nossos eitos lá, bagunçando, cortando cana de todo jeito, picinando. “não, não é para ninguém trabalhar hoje não, vamos embora”. Aí fomos para o barraco.

Os que saíram, a usina colocou para fora?

Eles que pediram para sair, a usina não botou para fora não. Eu terminei, passei sete meses lá. Só que lá aconteceu assim sabe: no dia que aconteceu a greve aí eles pegaram o nome: “quem quiser ir embora, por conta própria, não to mandando ninguém ir embora”. O chefe lá mandou. “Agora só quem quiser ir embora, a empresa vai dar o ônibus para você voltar para casa”. Por exemplo, teve cara que só trabalhou um mês, daí teve uma greve. Daí durante aquele mês se eu ganhei mil reais, pronto, você vai receber os mil reais, o cara explicou, a passagem e o seu fundo de garantia do mês. Foi isso que aconteceu lá.

E você não topou esse acordo?

Nada, eu vou ficar aqui. Eu já vim para trabalhar mesmo, der o que der... (Américo, 23 anos. Grijos nossos).

“Meu dia eu sei fazer” denota as diferentes artimanhas do cotidiano que são empregadas no afã de regular o trabalho, ainda que premiados pelos incentivos do ganho por produtividade¹¹. O ápice da contestação pode encontrar a forma descrita acima do “paradeiro”, que traz a vantagem de dissolver a liderança – evitando possíveis represálias – e interromper um dia de trabalho caso a contenda não seja resolvida. A simples ameaça já representa um elemento de barganha para os trabalhadores. Percebe-se também que não se pode tomar o conjunto dos trabalhadores como um bloco monolítico, coeso; quando se diz que a “turma da rua¹²” não queria participar das interrupções na jornada de trabalho, vê-se como esse universo é marcado por outras clivagens. Diferentes formas de contestação se alimentam de solidariedades tecidas em espaços fora do trabalho, com isso, sendo migrantes de uma mesma região, é possível que, como no caso em tela, encontrem a união necessária para fazer frente a um desmando da usina. A experiência da migração, que implica a circulação em diferentes contextos de trabalho, acaba criando uma escala de referência que permite a comparação.

A gente intê uns poucos dias atrás, eu mesmo falando com meus colegas aqui que trabalha comigo, eu disse: “rapaz, a gente precisamos fazer alguma coisa, porque se a gente trabalha, a gente tem que trabalhar já sabendo o que a gente vai ganhar”. Aí eu sempre falo com meus colegas, mas nem todo mundo que pensa igual, né? Não adianta só eu sozinho fazer. Porque se eu fizer sozinho quem vai se prejudicar é eu.

E em São Paulo?

O positivo que eu achei de lá é porque a gente tem o horário da gente. A gente tem a fiscalização do sindicato, e lá no estado de São Paulo, no lugar que eu trabalhei, tinha a fiscalização do sindicato no pé toda semana, vendo se aquela usina tá fazendo tudo direito ou não. Se eles passam para a usina, a usina é obrigada a fazer. O horário de almoço lá é dez horas e onze horas. Se é 45 pessoas que trabalha ali, que é o máximo que um carro pega, aí ele tem o horário. Ele divide aquelas pessoas e diz: vocês vão parar dez horas, vocês vão parar no horário das onze. E ali o carro tá encostado, o que carro que leva a gente, quando dá dez horas ele buzina, é obrigado você ir. Você tem que almoçar, descansar, deixa lá o serviço lá e vim para cá. A diferença de lá é quase isso.

¹¹ Cada trabalhador recebe, além do salário acordado, um valor estipulado em razão da quantidade de cana cortada.

¹² Termo êmico para designar aqueles que vivem próximos às usinas, fora dos alojamentos.

Aqui o sindicato não chega no pé.

E as outras turmas de trabalho, existe desunião?

Eu acredito que são desunidos, sabe por que? Eu tenho uma turma, minha turma se junta comigo, vamos sentar e vamos ajeitar, conversar com os homens (da usina). Só que a minha vai trinta pessoas, agora tem quatro, cinco turmas vizinho a nós, trabalhando com vinte e cinco, trinta pessoas e aqueles não vai. Só trinta e cinco pessoas no meio de duzentas pessoas, só trinta que vai, é uma minoria, né? Então se os donos da usina quiser mandar a gente ir embora, a gente vai embora até por justa causa. Sempre tem aquele que tem um medozinho de correr atrás do direito da pessoa.

E os que vem de outros estados?

É, eles conversam com a gente, mas só que eles são uma pessoa, assim, eles não se mete. Porque eles já vem de lá, não consegue trabalhar, tem que conseguir aqui, ele já fica com medo de se envolver nisso para não perder o serviço (Josino, 27 anos).

Note que ele compara as condições de trabalho dos diferentes lugares em que trabalhou, é o que permite o chamamento com os colegas sobre as exigências que os mesmos devem reivindicar. Mais uma vez emerge o tema das clivagens de classe, com o cuidado de não tomar o aparente “desinteresse” dos migrantes em engajar-se nas reivindicações – reclamada pelo informante – como “falsa consciência”. Vimos, anteriormente, que foram os migrantes que encabeçaram um “paradeiro”. Ao nível do cotidiano as formas de resistência encontram amparo em elementos tais como a religião, o valor moral presente em uma determinada ética do trabalho, o parentesco, apenas para citar os mais palpantes dentre eles. Todos fragmentos de uma trama urdida nos meandros, a partir de experiências consideradas subjetivamente importantes pelos sujeitos. Para o trabalhador do corte de cana – bem como para o escravo, ainda que o contexto fosse diverso – a figura imediata da opressão é vivificada pelo “fiscal de turma”, estando mais distante a figura abstrata da “exploração de classe”, do “patrão”. Mesmo a usina surge nos discursos quase que como uma entidade abstrata, sem face. É com os elementos do cotidiano, lubrificante das relações sociais, que os termos dessa negociação são feitos. Como me disse um informante, “nunca o dono da usina vai ver quem é aquele trabalhador; mas, quem é fiscal, quem é gerente, sabe”.

Na acepção nativa, o sitagma “justiça” não se converte unicamente na linguagem dos *direitos*. Ele é tributário de elementos outros que estão distantes da letra fria e seca das leis, com isso, “justo” opõe-se a “indigno”, um elemento de ordem moral. Isso explica, por exemplo, porque muitas vezes os trabalhadores



“toleram” situações que constituem flagrante ilícito trabalhista. Fato que sindicatos atribuem a um suposto “déficit de consciência”, como se tudo fosse uma questão de mais ou menos direitos. A evidência empírica, não obstante, contraria a todo momento essa constatação. Dos exemplos que colhi, vale a pena mencionar

E você não gostava de ficar em alojamento por quê?

Alojamento é a comida que não cai bem. Nossa senhora, deus me livre! eu não me acostumo, eu mesmo digo. Eu gosto de levar minha comida no meu jeito que eu gosto. Eu digo: em minha casa eu não como isso! Deus é mais. Eu vou tá trabalhando aqui para comer isso, rapaz! (o tom da voz muda). E as vezes ia um nada a comida para lá. Eu falei: “não, não quero não. Rapaz olhe, a minha comida eu vou fazer. Eu não quero essa comida não, essa comida não me agrada não”. Na casa da gente a gente fazia, porque a marmitta feita pela a gente é outra coisa. Você sabe que você vai trabalhar com a barriga cheia (Eufrásio, 47 anos. Grifos nossos).

Nos relatos, associam-se ao trabalho elementos tais como “honestidade”, “honra”, “compromisso”

O que é um trabalhador ruim?

O cara bruto, ignorante. (nesse ponto a mulher intervém e fala: perdedor de dia, falta o trabalho e ainda vai brigar, quer bater no cabo de turma... Eu mesmo planto cana quando eu vejo pouco eu vou brigar. Eu plantei certinho porque o dinheiro não veio certo!” (Eufrásio, 47 anos).

O que é um bom trabalhador?

Em primeiro lugar, não andar perdendo dia. Em segundo lugar, o cara tem que ter caráter. Fazer o serviço certinho, correto. Não ta respondendo ao fiscal (Justino, 28 anos).

Há uma imagem que se quer transmitir aqui, eles sabem o que a empresa espera deles no desempenho das tarefas diárias e é em cima disso que irão representar. Ao mesmo tempo, a conduta é vista como um aspecto do “caráter”, daí porque o “bruto”, o “ignorante”, o “irresponsável” não é bem-vindo. Ele põe em risco a possibilidade da “negociação”. Isso não implica, contudo, a repulsa pelo indivíduo que reclama seus direitos, mas, ao invés, sugere o *script* dos conflitos nesse contexto. Também é verdade que ambiguidade presente na relação com as chefias resulta, por vezes, num ciclo vicioso que impede transformações mais profundas nas relações de trabalho no corte de cana. Mas, para o que estou propondo, na análise das formas de resistências não me parece seguro apostar

somente no resultado consequente das ações. Novamente o exemplo vindo dos escravos oferece um contraponto. A rigor, o escravo que se esmera para bem relacionar-se com o seu dono, tendo como alvo melhores condições de vida, arrefece conflitos. O resultado final das suas ações vai na contramão do antagonismo dos interesses, todavia, ele retira daquela ambiguidade elementos que lhe são favoráveis. É essa a dimensão que pretendo iluminar. Spivak (2010), por seu turno, duvida dessa interpretação por entender que a superação de estruturas de poder passa pelo reconhecimento das ações de contestação que são invisibilizadas, muitas vezes com a complacência de intelectuais que reduzem o subalterno a um mero objeto de conhecimento.

Esse elemento de ambiguidade nas relações entre, digamos, patrão e empregado, já vem sendo analisado e aparece na literatura brasileira em estudos como os de Sigaud (1996 e 2004), Menezes (2002) Menezes e Cover (2016) e Dabat (2008). Trata-se de uma relação marcada por deveres e obrigações de ambas as partes com elementos exógenos ao que reza a lei. Não questionar a autoridade, como surge nos relatos acima, é parte de uma obrigação moral esperada. Claro, desde que o “patrão” também cumpra com as suas obrigações. Daí a forte rejeição no sistema que auferia a produtividade diária dos cortadores de cana, a vigilância complacente com o uso de bebidas alcoólicas nos alojamentos – como presenciei em diversas ocasiões – entre outros aspectos. A ruptura unilateral dessa relação, quando uma causa é levada a justiça, coloca em risco essa costura.

Se o sistema de contratação ocorre em cascata, por contar com as redes sociais dos próprios trabalhadores, desenvolve-se entre eles um compromisso que caminha *pari passu* àquele formal estabelecido entre o ofertante e o demandante de mão de obra. Razão pela qual torna-se vital saber quem se está indicando a uma vaga. O outro recebe a oportunidade e procura zelar pelo compromisso com o colega que o levou para trabalhar. Essa sorte dívida moral estrutura formas de resistências que não se alimentam de um conhecimento maior ou menor das leis, mas da natureza das relações sociais presentes no contexto em que vivem.

É tanto que a primeira vez que eu fui, saímos daqui na terça-feira, chegamos lá no domingo. Só tinha o colchão, mas no foi trabaia em usina, trabalhava com “gato”. Só que enganou a gente. Passemo o nome de mendigo, os outros dando umas feirinha, na rodoviária. Isso... marcou! Nois saímos daqui o cara falou que ia chegar lá num horário, chegou em outro. Quando nois chegamos lá só tinha pão para comer. Aí passemos três meses, o dinheiro que eu pegava, recebia, não dava, ainda ficava devendo. Aí eu cismeí, assim, dia de sábado mesmo, me lembro como hoje, peguei minbas coisas, disse: “meu irmão, quem me acompanhar, me acompanhe, se não

quiser, fique aí, eu vou sair daqui! Vou caçar outro lugar para ficar! Peguei minha malinha, botei nas costas, peguei a balsa atravessei pro outro lado do rio. Cheguei na outra cidade, tinha uns coroa lá jogando dominó. Eu cheguei: “boa noite!”. Isso umas sete horas da noite já. “Sabe onde tem algum turmeiro aqui? Vire aqui, assim, tem um turmeiro chamado sr. Manu”. Cheguei lá. Conteí a situação, né? Aí ele olhou para mim: “você quer trabalhar mesmo?” Eu digo: “quero”. Ele me deu um pedaço de bolo, um café, eu tomei. Quando foi no domingo ele me levou lá para fazer umas compra no mercado. Na segunda-feira comecei a trabalhar, me botou numa usina. Na outra semana fui pegar os menino, meu primo, meus irmão, não quis vim. Na outra semana eu fui de novo. Quando eu soube, ele já tinha viajado pra aqui, pra Sergipe de volta. Aí eu fiquei lá.

Eu passei sete meses. Quando parou o homi fez festa para a gente. Me deu dois presente, uma panela de pressão e um jogo de copo. E pediu pra voltar de novo. Eu falei pra ele: voltar eu vou, agora não sei se é pra aqui. Agradeço muito a você e a sua esposa pelo que fizeram para mim, e... sem comentário! Isso que você fez para mim foi mais do que tudo na vida! Aí pronto, de lá para cá só foi maravilha (Justino, 28 anos).

Não nos cabe, nesse momento, duvidar das representações feitas pelos indivíduos e imputar-lhes uma imagem de “passivos”. A dívida moral que Justino demonstra por quem o acolheu apropriadamente e ofertou emprego não significa sujeição irrefletida, tanto que ele, mesmo reconhecendo a “bondade” do “Sr. Manu”, não volta para a região na safra seguinte. Provavelmente com receio do que poderia acontecer, não sabemos. Ademais, podemos ainda trabalhar com a hipótese de que, no caso do descumprimento de obrigações esperadas, ele irá contestá-las. E o contratante, “Sr. Manu” sabe disso. Mais a frente olha o que ele me conta:

Ne não, é que rouba muito no preço. Porque você nasceu e se criou na cana você já sabe mais ou menos a base. Eu dizia: “essa cana aqui vale tantas vara para dar uma tonelada”. Aí eu chamei o patrão enrolado. Ele disse: “como é a história rapaz?” Eu disse: “você tá enrolando as turmas”. Olhe, no meio de 40 peão, só eu que falei. “Quer botar para fora, bote!” Falei com o dono mesmo [um fornecedor] (Justino, 28 anos).

Nessa ocasião, ele estava trabalhando sem a carteira assinada para um “fornecedor¹³” de cana de açúcar para as usinas. Se para o demandante a

¹³ Via de regra são pequenos proprietários que fornecem a cana plantada em suas terras para as usinas.

situação era favorável, por reduzir os custos de uma contratação formal, para Justino representava a possibilidade de conjugar o recebimento do seguro desemprego com a renda do trabalho. Nessa situação, o espaço de barganha é maior tendo em vista que o empregador teme que o trabalhador reivindique os seus *direitos* na justiça. O reconhecimento dessa zona de ambiguidade na relação entre patrão e empregado surge no discurso de um “fornecedor” da seguinte forma:

Na questão do trabalho, a fiscalização é muito grande do Ministério do Trabalho; exigindo os EPI's, exigindo as condições melhores para o trabalhador. Que é justo, é certo, mas que as vezes alguns, não são todos, tem um rigor muito maior quando deveria ser um pouco mais abrandado, não no sentido de passar a mão, mas de orientar, porque o campo está equiparado a cidade quando fizeram as leis. Mas acredito que não tenha analisado profundamente porque existem diferenças, o campo tem uma maneira de trabalhar, a cidade tem outra, mas estamos equiparados em termos de seguir a cidade. Isso dificulta e impacta muito (Fornecedor de cana).

Ora, é válido supor que essa “maneira diferente de trabalhar” se refira precisamente ao reconhecimento de uma ordem simbólica cujos elementos que a compõem são estranhos a regulação da lei. Na cidade, esse espaço já estaria muito mais diluído na impessoalidade dos contratos jurídicos. Mas, nessa linha fina que permite a manutenção de um princípio de ordem social fundada na autoridade pessoal de quem exerce o poder de mando, convive-se com o temor sempre presente da contestação. Aqui, importa ainda ressaltar as disputas narrativas sobre o próprio trabalho. São dois discursos que se opõem sobre a forma de representar o trabalho. Como bem observou Scott (1985), e eu também flagrei entre os meus informantes, piadas, mentiras, brincadeiras deixam entrever, sempre com alguma ironia, a contestação da ordem. Frente a “sabedoria das usinas”, opõe-se a “sabedoria do trabalhador”; não se tratando de um jogo cujo denominador comum é uma suposta “captura da subjetividade”. O consentimento é carregado de significados, longe de ser ato irrefletido.

Rebeldia e aquiescência: afastando-se dos polos.

Antes de concluir, retornando aos principais pontos levantados, impõe-se alguns esclarecimentos metodológicos que muito informam sobre as pretensões da pesquisa e, por conseguinte, desse texto.

Não se esconde que operei um jogo de escalas com o objetivo de capturar elementos difusos, que não se deixam flagrar à primeira vista e cujo entendimento torna mandatória uma abordagem intensiva. Quando assumimos com cautela o recurso a um enquadramento abancado em binaridades, no caso em tela, as figuras de sujeito “passivo” e “rebelde”, e, por igual precaução, recusamos uma métrica que se arvora em estipular níveis de “consciência” como requisito para as ações, é para dizer que o foco está no enredo das negociações. Como uma pequena parte eclode em conflito aberto, boa parte das ações de resistências ocorrem no cotidiano, silenciadas, vividas ao nível das práticas sociais dos indivíduos. Mesmo no caso de greves, parece sugestivo atentar para o que ocorre no seu *interregno*, como nos disse Sigaud (1986).

“Para compreender os conflitos e as lutas que constituem a marca do interregno das greves, no entanto, é preciso abandonar o referencial que trata os trabalhadores enquanto uma totalidade, uma classe, se defrontando com patrões enquanto outra totalidade, outra classe, e deslocar o nível de análise. Mesmo constituindo uma expressão da luta de classes, tais conflitos não opõem, como no momento da greve, a totalidade dos trabalhadores contra a totalidade dos patrões, mas sim trabalhadores contra patrões. [...] isto porque o que está em jogo no interregno não é o respeito estrito a cada uma das regras produzidas a partir da greve, mas um ajuste das regras à realidade do engenho” (Sigaud, 1986, 335).

A pista deixada por Genovese (1974), Schwartz (2001), Reis (2012), Scott (1985) e Menezes (2002), nos convida a observar o que se passa no cotidiano, nos aspectos mais ínfimos das relações sociais, lá onde não mais existem comoclasse, mas como Justino, Eufrásio, Américo, Josino, personagens que atuam em suas trajetórias de vida. É o olhar aturdido do insignificante com relação a História com “h” maiúsculo. Uma característica peculiar a estes espaços é a indefinição, justamente por estar fora do esquema que circunscreve como ações de resistência apenas os atos cuja intenção é a de subversão da ordem. Vimos, pelo efeito do ciclo perverso que, em alguns casos, as barganhas podem, a médio e longo prazo, reproduzir situações desvantajosas para o conjunto dos trabalhadores. Mas, quando vistas pelo prisma de quem as negocia, representam estratégias de atuação na margem do possível, como fiz aludir no título da seção. A invenção desses arranjos é, como diz Archer (2007), manifestação incontestada da capacidade de *agência*.

Não custa lembrar que as especificidades do contexto de trabalho nas usinas de cana de açúcar em Sergipe carregam tonalidades que não se reproduzem de igual modo em outros contextos. Digo para que se afaste qualquer interpretação nesse sentido. A equiparação com outras realidades requer, como sabemos,

mediações e ajustes metodológicos para evitar generalizações apressadas. Não é o exótico que se quer apreender, ao invés, e como sustenta Lahire (2015), a trajetória dos indivíduos é marcada por múltiplas socializações, em diferentes espaços e temporalidades que carregam marcas de disposições herdadas, mas cujo efeito nunca é predito e perene sobre um corpo inerte.

A tentação da denúncia como finalidade última de pesquisas voltadas para o universo dos do trabalho nos canaviais, ainda que meritosa, acaba por inflacionar temáticas voltadas para o eixo da “exploração”, com o risco de reificar a posição do “subalterno”. Ou ainda, como nos recorda Ortner (1995), comprometer a outra face da vida social que se expressa na cooperação e na reciprocidade, fundamentais no contexto da pesquisa. Se, como vimos com o exemplo da historiografia sobre a escravidão, uma instituição total, dizer que o escravo cedia para melhor viver, lendo esse ato como de resistência, não se traduz em suspender os constrangimentos em que ocorrem essas escolhas. De igual modo, quando um informante me conta que:

Ab, é puxado. O ruim é a saudade, sabe? É quinze dias, um mês... É puxado, cansa, mas depois o cara se acostuma, já era. O ruim é os primeiro dia. Tanto pro cara novato que nunca cortou... O ano que eu mais sofri na minha vida foi lá em São Paulo, aí eu vi o cão chupando manga, viu? Eu sofri saudade e também não tinha costume. Até a mulher lá da minha rua disse: “vá não, você vai voltar no outro dia”. Aí eu disse: “apois eu vou mostrar a você que eu não vou voltar no outro dia”. Porque quando eu tava lá na cana e lembrava do sofrimento que é no meu lugar, sem trabalhar nem nada... Ah, eu não penso isso para minha vida não. Vou sofrer aqui, mas eu vou levar um dinheirinho para casa (Américo, 23 anos. Grifos nossos).

Ainda que seja evidente que a usina usará tais elementos para extrair maior produtividade do trabalhador, também o é a atribuição de sentido à sua conduta, que cede no afã de realizar outros objetivos. Emprego o verbo ceder porque não se trata de um ato irrefletido, reflexo de um processo para o qual o indivíduo tem pouca ou nenhuma atuação. Eis aqui o protagonista da história miúda, o homem comum.

Não creio, portanto, que devemos reduzir a noção de “práticas” de resistência a atos concretos de sabotagem, desprezando com isso todo o universo de atribuição de significados às condutas e formas narrar o que se passa no contexto do trabalho. Decerto que nem todas trazem o signo da tentativa de “transformação”, algumas ações podem ser lidas como tentativas de minorar as formas de exploração do trabalho, mas nem por isso são sociologicamente menos relevantes. Manifestações religiosas, as atividades de lazer e os vínculos



que se estabelecem nos locais de residência municiam estratégias, criam domínios de comunalidade, servem de amparo frente ao risco perene de fragmentação social a que estão expostos.

Análises sensíveis a questão da agência, que reconhece a singularidade das trajetórias de vida em oposição ao sujeito genérico (analiticamente típico) e garimpa os significados contidos nas práticas sociais dos indivíduos, nos aspectos ordinários da vida cotidiana, têm demonstrado que a questão das resistências é constitutiva das relações de poder. Nesse quesito, seria temeroso fazer-se cego às pequenas negociações do dia a dia, as barganhas e cessões que cingem qualquer relação social. Estou longe em afirmar que isso represente uma disputa entre protagonistas e mais próximo em dizer que os sujeitos da grande História – classes sociais, partidos – encontram amparo para as suas ações no termômetro das cozinhas, nos cotidianos de trabalho, nas fofocas, ou nas tabernas, em alusão ao que fez Thompson (1987), não sendo estes aspectos anedóticos da vida social.

Como sugeriu Lefebvre (2014), o cotidiano não é apenas o lugar da reprodução, mas igualmente da produção social. O imprevisto das resistências cotidianas, em seu efeito agregado, desafia a ordem constituída. É lá o nascedouro de uma nova legitimidade reclamada por aqueles que *veem*, mas, sobretudo, *sentem* o estigma do trabalho no corte de cana. Aqui, ainda necessitamos de mais investimentos analíticos para mostrar o aspecto lúdico da vida do trabalhador, que surge como um recurso para amenizar a dureza, ou a falta de significados positivos atribuídos ao seu trabalho.

Não deixa de ser curioso a forma como os trabalhadores são representados nos discursos dos sindicatos rurais e dos gerentes das usinas. Para os primeiros, é recorrente a suposta “apatia”, “desinteresse”, “ignorância”, quando reivindicam deles maior engajamento nas ações sindicais. Por seu turno, ouvi de gerentes das usinas a reclamação pelo elevado índice de absenteísmo, as astúcias para driblar a fiscalização dos procedimentos corretos para o corte da cana, ou ainda a recusa em cortar cana crua – mesmo pagando-se o dobro do preço. Vê-se, e esse é um dado analítico importante no estudo das formas de resistências, como a imagem de um mesmo grupo de trabalhadores aparece na narrativa do outro transitando entre a rebeldia e a passividade, conforme havia alertado Menezes (2000). No entanto, em termos de teoria social, sou levado a crer que avanços consideráveis já foram feitos com o intuito de fotografar e compreender a inventividade presente na (re)produção social das relações sociais cotidianas. Que não amortiza às ações humanas ao peso do herdado, e que se afasta do voluntarismo da ação que suprime o efeito das estruturas num esquema

hipotético de busca pela maximização de ganhos nas escolhas individuais. Fértil parece o caminho que medrou entre aqueles que, como Abbott (2001) e Alexander (1982), focalizam exatamente o *link* entre o que fica e permanece e o que é transitório e episódico na trama dos processos sociais. Para dizer de outro modo, ao invés de opor estrutura *versus* ação, importa percebê-las autonomamente e, assim, como se apresentam em determinados contextos. Alinho-me aqueles que entendem que a estrutura não está apartada da agência, como uma força que se move fora dos atores, bem como esta última não oblitera o efeito condicionante da estrutura das escolhas.

Os desafios analíticos que se apresentam no estudo das resistências cotidianas suscitam a nervura do vivido em sua natureza fragmentária, desprovido que é da linearidade presente na leitura dos grandes acontecimentos históricos e seus protagonistas, mas não menos importante na medida em que é lá que atos aparentemente desprovidos de sentido encontram seu lugar na História.

Referências bibliográficas.

- Abbott, Andrew (2001), *Time Matters: On Theory and Method*. Chicago: University of Chicago Press.
- Alexander, Jeffrey (1982), *Theoretical Logic in Sociology*. Vol. 1 Positivism, Presuppositions and current controversies. Berkley: University California Press.
- Archer, Margaret S.(2003), *Structure, Agency and the Internal Conversation*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Archer, Margaret S. (2007), *Making our Way through the World*. Human Reflexivity and Social Mobility. Cambridge: Cambridge University Press.
- Bloch, Marc (1974), *Apologie pour l'Histoire ou métier d'historien*. Paris: A. Colin.
- Bourdieu, Pierre (2013), *Outline of a Theory of Practice*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Brown, Michael F (1996), On Resisting Resistance. *American Anthropologist*, New Series, Vol. 98, No. 4, pp. 729-735.
- Clark, John et al (2006), Subcultures, cultures and class. Hall, Stuart and Jefferson, Tony. *Resistance Through Rituals: youth subcultures in post-war Britain*. London: Routledge.
- Dabat, Christine R (2008), Uma “Caminhada Penosa”: a extensão do direito trabalhista à zona canavieira de Pernambuco. *Clio - Série Revista de Pesquisa Histórica* - N. 26-2.
- Febvre, Lucien (1965), *Combats pour l'histoire*. Paris: A. Colin.

- Genovese, Eugene D (1974), *Roll Jordan, Roll: the world that slaves made*. New York: Pantheon Books.
- Giddens, Anthony (1981), *A Contemporary Critique of Historical Materialism*. London: The Macmillan Press.
- Giddens, Anthony (1979), *Central Problems in Social Theory: action, structure and contradiction in social analysis*. Berkeley: University of California Press.
- Ginzburg, Carlo (2006), *O Queijo e os Vermes*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Hoggart, Richard (2008), *The Uses of Literacy*. New Brunswick: Transaction Publishers.
- Hollander, Jocelyn A. and Einwohner, Rachel L (2004), Conceptualizing Resistance. *Sociological Forum*, Vol. 19, No. 4, pp. 533-554.
- Johnson, Walter (2003), On Agency. *Journal of Social History*, 37.1, pp. 113-124.
- Lahire, Bernard (2002), *Portraits Sociologiques: dispositions et variations individuelles*. Paris : Nathan.
- Lahire, Bernard (2015), La fabrication sociale des individus: cadres, modalités, temps et effets de socialisation. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 41, n. especial, p. 1393-1404. <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-9702201508141651>
- Lefebvre, Henri (2014), *Critique of Everyday Life* (the one-volume edition). New York: Verso.
- Levi, Giovanni e Aymard, Monique (1989), *Le Pouvoir au village: Histoire d'un exorciste dans le Piémont du XVIIe siècle*. Paris : Gallimard.
- Lopes, José Sérgio L (1978), *O Vapor do Diabo*. São Paulo: Paz e Terra.
- Menezes, Marilda A (2002), *Redes e Enredos nas Trilhas dos Migrantes: um estudo de famílias de camponeses-migrantes*. Rio de Janeiro: RelumeDumará; João Pessoa/PB: EDUFPB.
- Menezes, Marilda A (2000), Experiência Social e Identidades: trabalhadores migrantes na plantation canavieira. *História Oral*, 3, p.49-68.
- Menezes, Marilda A. e Cover, Maciel (2016), Movimentos “Espontâneos”: a resistência dos trabalhadores migrantes nos canaviais. *Cad. CRH*, Salvador, v. 29, n. 76, p. 133-148. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792016000100009>.
- Merton, Robert K (1968), *Social Theory and Social Structure*. New York: The Free Press Macmillan.
- Ortner, Sherry (1995), “Resistance and the problem of ethnographic refusal”. *Comparative Studies in Society and History*. 37(1), pp. 173-193.
- Pais, Jose Machado (2007), Cotidiano e Reflexividade. *Educação e Sociedade*, Campinas, vol. 28, n. 98, pp. 23-46. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302007000100003>

- Reis, João José (2012) *Rebelião Escrava no Brasil: a história do levante dos Malês em 1835*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Santos Jr., Jaime (2017) *Na trama das identidades: Práticas Sociais e imagens do trabalho no corte de cana*. São Paulo: Annablume,.
- Santos Jr., Jaime (2015) Falamos Línguas Distintas? Sindicatos Rurais e Trabalhadores Cortadores de Cana em Sergipe?. In: Ramalho, José Ricardo; Rodrigues, Iram Jácome. *Trabalho e Ação Sindical no Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Annablume, 261-290.
- Silva, Eduardo e Reis, João José (1989), *Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Silva, Maria A. de Moraes (2006), *A Morte Ronda os Canaviais Paulistas*. São Paulo. *Revista Reforma Agrária*, vol. 33 - n.2.
- Schwartz, Stuart B (1985) *Sugar Plantations in the Formation of Brazilian Society: Bahia 1550-1835*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Schwartz, Stuart B (1995), *Slaves, Peasants and Rebels: reconsidering Brazilian slavery*. Chigado: University of Illinois Press.
- Schwartz, Stuart B (1988) *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Scott, James C (1985) *Weapons Of The Weak: Everyday Forms of Peasant Resistance*. Yale University.
- Scott, James C (1990) *Domination and the Arts of Resistance: hidden transcripts*. Michigan: Yale University Press and New Haven and London.
- Sigaud, Lygia (1979), *Os Clandestinos e os Direitos: estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco*. São Paulo: Duas Cidades.
- Sigaud, Lygia (1996), *Direito e Coerção Moral no Mundo dos Engenhos*. *Revista Estudos Históricos*, n. 18. Rio de Janeiro, pp. 361-388.
- Sigaud, Lygia (1986), *A luta de classes em dois atos: notas sobre um ciclo de greves camponesas*. *Dados*, vol.29, n.3.
- Sigaud, Lygia (2004), *Armadilhas da Honra e do Perdão: usos sociais do direito na mata pernambucana*. *Revista MANA*, 10(1): pp. 131-163.
- Spivak, Gayatri C (2010), *Pode o Subalterno Falar?* Belo Horizonte: Editora da UFMG.
- Strauss, Anselm (1999), *Espelhos e Máscaras: a busca de identidade*. São Paulo: Edusp.
- Thompson, Edward. P (1987), *A Formação da Classe Operária*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra.